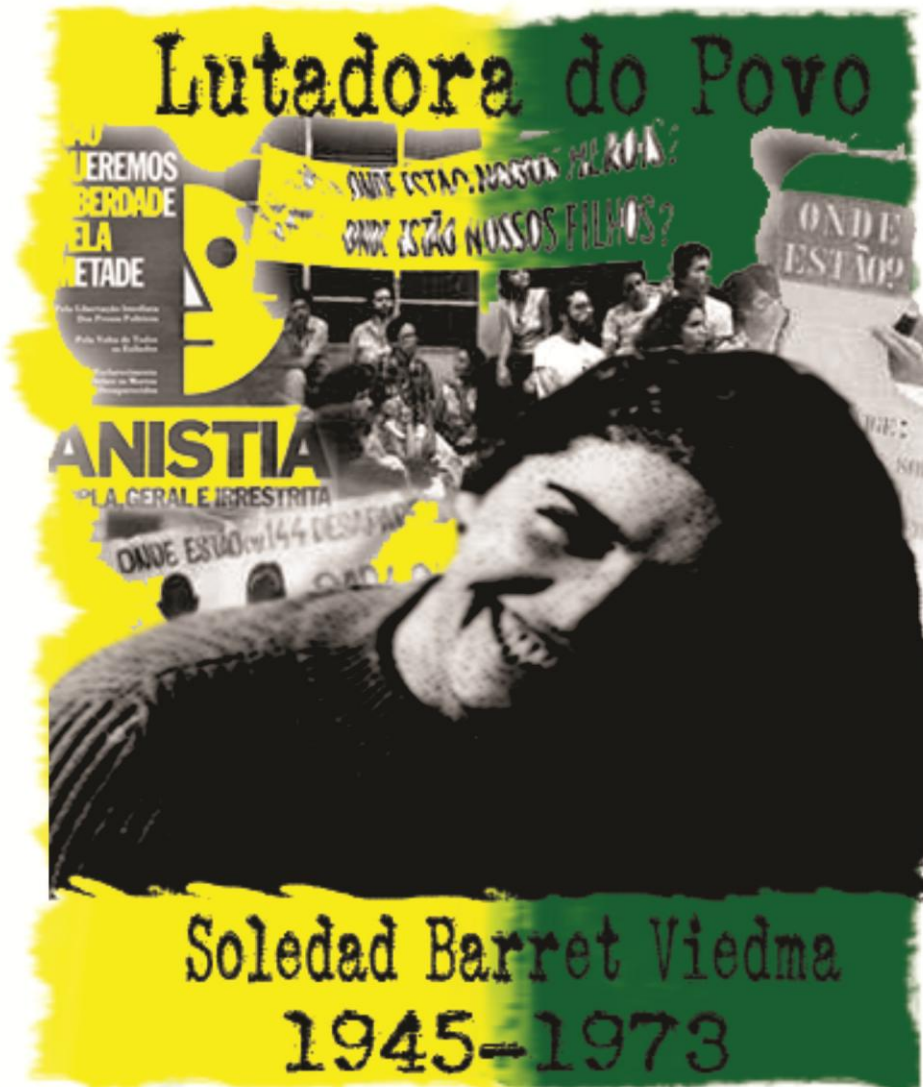


Resoluções Políticas
IV Plenária Nacional



CONSULTA POPULAR
Cartilha 22

RESOLUÇÕES POLÍTICAS

IV Plenária Nacional da Consulta Popular

“Soledad Barret Viedma”

15 a 18 de Novembro de 2012

Os que repudiam tais tarefas históricas do proletariado por temor do oportunismo e do reformismo ignoram duas coisas. Primeiro, que sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da revolução dentro da ordem possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da “democracia burguesa” para a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária.

(FLORESTAN FERNANDES, O que é Revolução?)

Conteúdo

A NATUREZA DA CRISE	4
CONTINUIDADE E APROFUNDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL	5
A CORRELAÇÃO DE FORÇAS INTERNACIONAL	7
A LUTA POLÍTICA BRASILEIRA	9
A EXISTÊNCIA DE UMA FRENTE POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA	9
DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO E NEODESENVOLVIMENTISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	10
A DIFERENÇA ENTRE UMA FRENTE POLÍTICA E UMA ALIANÇA DE CLASSES.	11
AS CONTRADIÇÕES ENTRE AS FRAÇÕES DE CLASSE E SEU PAPEL NA LUTA POLÍTICA	12
O PROGRAMA POLÍTICO DA FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA	12
QUEM MAIS GANHA COM ESSA FRENTE POLÍTICA É A BURGUESIA INTERNA.....	13
OS SETORES POPULARES E A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA	15
NEODESENVOLVIMENTISMO E DIFERENCIAÇÃO DO REGIME DE CLASSES SOCIAIS NO BRASIL	17
NEODESENVOLVIMENTISMO, CRISE ECONÔMICA E CONTRADIÇÕES DO BLOCO NO PODER	19
A CONSTRUÇÃO DA TÁTICA E O MOMENTO POLÍTICO ATUAL	22
ALGUNS ELEMENTOS ORIENTADORES DA TÁTICA PARA O PRÓXIMO PERÍODO	23
CENTRO DA TÁTICA: INCIDIR NAS CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO PARA CANALIZÁ-LAS PARA A ORGANIZAÇÃO POPULAR.	24
AS FRENTE DE LUTA E A CONSTRUÇÃO DA TÁTICA	26
O PAPEL DA LUTA ELEITORAL NA TÁTICA	29
CENÁRIOS PARA 2014.....	31
PERSPECTIVAS PROMISSORAS PARA O PROJETO POPULAR	32

A NATUREZA DA CRISE

1. A expansão do capitalismo leva inexoravelmente à crise. Historicamente a crise financeira se manifestou antes da crise produtiva. O que consistia na destruição de grande massa de capital fictício e de capital-mercadoria, acompanhada de um período de grandes perdas para as classes populares, resultando na concentração do capital restante nas mãos dos grupos capitalistas sobreviventes.
2. Dessa vez observamos um movimento diferenciado. Acompanhamos uma imensa destruição de capital fictício a partir do final de 2008, seguida da eliminação massiva de empregos. Mas agora os Estados capitalistas - derrubando as teses do Estado Mínimo, defendidas por neoliberais e pós-modernos -, saíram em socorro dos bancos e grandes empresas falidas, além de aplicar medidas de contenção dos efeitos sociais imediatos do excesso de capital e de capacidade produtiva. Tais medidas contribuíram para a preservação da massa de capital ocioso, perpetuando assim a hegemonia do capital financeiro sobre a produção social, acentuando o caráter parasitário do capitalismo.
3. O que ocorre é que a solução meramente financeira da crise cumpre objetivos imediatos dos grandes capitalistas, mas, ao mesmo tempo, protela as contradições da crise econômica. Essa solução é apenas um paliativo nefasto, cria uma ideia de tranquilidade quando, na verdade, o sistema capitalista se encontra mais dependente de subsídios e dos privilégios garantidos pelo Estado. Além de não resolver os problemas dos trabalhadores, mantém o capital ocioso e deixa o sistema ainda mais instável, aprofundando suas contradições, prolongando os efeitos da crise. Este processo impulsionou uma enorme injeção de capital nos bancos, em detrimento da manutenção dos empregos e dos direitos sociais do povo brasileiro.
4. A solução meramente financeira da crise econômica se expressou na transferência da mais-valia social para salvar os bancos e as grandes empresas capitalistas. Esta solução provocou uma contradição fundamental nesse momento histórico: o drástico aumento do endividamento dos Estados Nacionais. Para os Estados Nacionais continuarem pagando as dívidas e servindo aos interesses do capital financeiro, apresenta-se a tradicional receita do corte de gastos em áreas sociais e fim de direitos históricos da classe trabalhadora. Somente um movimento de massas de caráter internacional poderá conter a ofensiva do capitalismo em crise contra os interesses populares.
5. Os países periféricos geralmente são atingidos pelos efeitos das crises após grandes impactos nos países centrais. No entanto a atual capacidade de manobra desses países periféricos, ao aplicar políticas anticíclicas, reduziu os impactos gerando a impressão de que esta crise irá poupá-los. Considerando o grau de interdependência do sistema econômico mundial, não é razoável, em qualquer país, alimentar expectativas de não ser atingido pela crise. Apenas é possível adiar seus

efeitos mais profundos.

6. Recordemos que a função de locomotiva do dinamismo mundial, desempenhada ultimamente pela China, não deverá prosseguir na mesma intensidade, prevendo-se queda nas importações de minérios e, portanto, das exportações do Brasil e da Austrália.
7. Além disso, a atração de investimentos externos diretos aprofunda a desnacionalização da produção brasileira. As empresas estrangeiras que adquirem empresas brasileiras são megacorporações transnacionais, com seus centros de pesquisa localizados em geral nos países onde ficam as suas sedes. Pela estratégia dessas corporações, a aquisição de empresas nos países periféricos não significa transferência de tecnologia. Tal situação significa o aprofundamento da dependência de importações de tecnologia, forma clássica pela qual as transnacionais remetem divisas ao exterior. Além disso, com a venda de empresas nacionais, centros de pesquisa podem ser fechados, seguindo uma estratégia global desses grandes capitais, com evidentes efeitos sobre a educação e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento no Brasil, perdendo os melhores empregos, exatamente os que requerem mais capacitação e uso do conhecimento.
8. Todos estes elementos nos permitem concluir que a crise econômica mundial é profunda e prolongada. Ao mesmo tempo, é justamente nos momentos de crise que podem aparecer oportunidades para pautarmos projetos políticos na sociedade. A presente crise econômica poderá reposicionar as classes sociais e nos possibilitar colocar o Projeto Popular como uma mediação política entre o nível de consciência das massas populares e a construção do socialismo.

CONTINUIDADE E APROFUNDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

9. Chamam a atenção os alertas de “risco recessivo” emitidos por algumas instituições da economia global, como a secretária-geral do FMI, Christine Lagardere, que rebaixou suas previsões de crescimento global em 2013 para a faixa entre 1,9% e 2,4%, o que é um patamar terrivelmente baixo, quando se considera que aí já estão computadas as previsões de alto crescimento nos países emergentes, com destaque para a China. Para os EUA, a previsão de crescimento anunciada do banco central (FED) se situa abaixo de 1%. Tanto na Europa quanto nos EUA, torna-se evidente que ninguém, nem no setor financeiro nem nos governos, consegue vislumbrar o fim do período de crise.

- 10.** Em paralelo, seguem os sinais de deterioração das relações econômicas entre as potências capitalistas, expressa em fenômenos como a guerra cambial e o protecionismo. O Senado dos EUA, por exemplo, aprovou taxas de importação punitivas para países com moedas subvalorizadas – leia-se, China. Também se intensifica, tanto na Europa quanto nos EUA, a adoção de barreiras não-tarifárias, ou seja, protecionismo disfarçado por meio de exigências como etiquetas “bio” para alimentos, normas fitossanitárias, elevação de critérios de qualidade. A disseminação do protecionismo nos EUA e na Europa expressa o fato de que estamos assistindo à dissolução da utopia liberal e capitalista que prega que a sociedade deve ser regulada pelo livre mercado. O que se esboça, nesse cenário, é uma incompatibilidade entre o discurso liberal da “globalização” e a prática protecionista dos países centrais que, historicamente, acumulou para materializar revanchismos e conflitos bélicos.
- 11.** Intensificam-se, ao mesmo tempo, as respostas adotadas pelos países imperialistas em relação à crise econômica capitalista: aumento da concentração de riquezas; conquistas de terras férteis e de recursos naturais nos países periféricos; demolição das conquistas sociais nas sociedades mais desenvolvidas.
- 12.** Como resposta à crise econômica, os EUA utilizam o mecanismo de transferir a crise para os países dependentes através da desvalorização do dólar frente às outras moedas nacionais e através dos investimentos no complexo industrial-militar potencializado pelos conflitos militares do império no Iraque e no Afeganistão, e pela manutenção de bases militares pelo mundo. Tais medidas prejudicam os países dependentes. A desvalorização do dólar imposta pela política econômica estadunidense ao restante do mundo prejudica processos de industrialização em curso nos países da periferia do capitalismo, pois facilita a importação de produtos industrializados e de algumas matérias-primas, diminui a capacidade de competição da indústria e enfraquece o mercado interno. O aprofundamento desse cenário reduzirá o crescimento econômico desses países e aumentará a sangria de seus orçamentos por suas dívidas públicas.
- 13.** Na Europa a margem de manobra dos governos em matéria de política econômica é menor do que nos EUA, já que os países europeus estão impedidos de emitir moeda. Os desempregados europeus já somam mais de 25 milhões, o que inclui cerca de metade da população jovem. Nesse cenário, os mecanismos da democracia representativa se mostram incapazes de canalizar a insatisfação popular e os próprios fundamentos da democracia esvaziam-se, como se viu na Itália e na Grécia, com a ostensiva chantagem externa sobre o voto popular. Trata-se, na verdade, da intervenção direta do capital financeiro na soberania dos Estados Nacionais e uma tentativa de legitimar os draconianos ajustes neoliberais. Os protestos crescem em participação e extensão geográfica, mas ainda são insuficientes para alterar as políticas conservadoras em curso.

14. O descontentamento já deixa suas marcas nas urnas (a vitória do PS na eleição francesa, por exemplo), mas ainda não se viabilizou uma alternativa ao eixo conservadores/social-democratas. É urgente, para a verdadeira esquerda europeia, a necessidade de combinar a ação institucional, no plano partidário-eleitoral, com a radicalidade das mobilizações de massa. Os protestos ao estilo dos “indignados” espanhóis mostram claramente seus limites, do mesmo modo que o movimento dos “ocupas” nos EUA se esgotou sem deixar um saldo político consistente.

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS INTERNACIONAL

15. Quanto a crise de hegemonia dos EUA, ela se expressa no embate entre, de um lado, a ascensão da China à posição de potência global e, do outro, o esforço dos EUA em perpetuar a sua condição imperial.

16. Os EUA, debilitados economicamente (desindustrialização, déficit comercial crônico, dívida externa, crise econômica e financeira), se contrapõem à tendência de declínio com o reforço de suas posições no plano militar, onde detêm uma supremacia incontrastável. Esse movimento se traduz em uma ofensiva que é ao mesmo tempo política e militar e inclui entre as suas manifestações as seguintes:

- Introdução e uso crescente de novas armas, como os drones e os dispositivos de guerra cibernética (já testados contra o Irã);
- Concentração de forças militares no Pacífico, onde se esboça uma “nova guerra fria” com o objetivo de isolar a China e conter sua influência;
- Prosseguimento da ofensiva no “Grande Oriente Médio” inaugurada com a invasão do Afeganistão e do Iraque, continuada com a intervenção na Líbia e agora com o foco na Síria e no Irã;
- Reforço da presença “ocidental” na África, uma região cada vez mais cobiçada devido às suas riquezas naturais;
- Uma “mini-Guerra Fria” contra a Rússia, que se expressa no apoio à oposição liberal russa e aos governos e forças políticas anti-russas no Cáucaso;
- Consolidação da aliança imperialista por meio do enquadramento total dos governos da Europa Ocidental nos planos estratégicos dos EUA (desaparecem as divergências de dez anos atrás);
- Um esforço de longo prazo para “reenquadrar” a América Latina, com a busca da reversão do ciclo de governos progressistas, iniciado com a vitória eleitoral de Hugo Chávez.

- 17.** A ascensão da economia Chinesa como potência global representa uma ameaça à hegemonia dos EUA, e nessa disputa é importante assinalar que se trata de um conflito marcado pela sutileza e pela complexidade, dado o casamento de conveniência que as duas potências mantêm no plano econômico. Os déficits comerciais astronômicos dos EUA são, como se sabe, bancados pela China, principal compradora dos títulos da dívida estadunidense. Desde a crise de 2008, a China comprou 44 bilhões de dólares em títulos dos EUA, enquanto o Japão, por exemplo, estava vendendo esses mesmos títulos. Por outro lado, os EUA continuam a ser o maior mercado para a exportação dos produtos chineses – o que agrava o déficit estadunidense, numa espiral sem fim.
- 18.** Nesse cenário, a China não se coloca em rota de colisão com os EUA, pois permanecem atrelados ao dólar como moeda internacional. Mas os chineses tratam de reforçar a sua posição estratégica, aproveitando a balança comercial favorável para acumular divisas, desenvolver a infra-estrutura do país e modernizar as Forças Armadas.
- 19.** Há um consenso de que, ainda por muito tempo, a China continuará a depender do mercado e dos investimentos dos EUA, enquanto os EUA mantêm sua dependência do financiamento e da mão-de-obra da China. O colapso de um arrastaria o outro ao desastre, automaticamente.
- 20.** Há um fato concreto de que as indústrias estão indo embora dos EUA, transferindo-se para parques produtivos onde os custos são menores, particularmente nos países dependentes. Esse deslocamento se expressa no avanço do capital estrangeiro sobre os países dependentes e na superexploração da força de trabalho. Esse é um processo difícil de ser revertido e diretamente relacionado com o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo num momento histórico em que os Estados Nacionais estão enfraquecidos diante da hegemonia do capital financeiro. Importante ressaltar a especificidade da China, que impõe uma relação diferenciada com os EUA na medida em que exige transferência de tecnologia das empresas que se deslocam para seu território.

A LUTA POLÍTICA BRASILEIRA

“Ao socialista interessa, naturalmente, a existência e o florescimento de uma política econômica nacionalista, não importando que ela favoreça, circunstancialmente, classes sociais com controle do poder. Todavia, ao socialista interessa mais – e de modo específico – meios e fins estritamente socialistas, que definem sua posição política em termos de presente e de futuro quanto à organização da economia, da sociedade e do Estado. Em suma, não lhe convém ficar a reboque das influências capitalistas, que atuam na ‘revolução brasileira’. Ele pretende introduzir o socialismo como ‘força histórica’ dentro desse processo, para fazer com que a mesma revolução adquira outro destino social”

(Florestan Fernandes)

A EXISTÊNCIA DE UMA FRENTE POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA

21. Existe uma frente política em prol do crescimento econômico e da distribuição de renda no Brasil que reúne classes sociais e frações de classe muito heterogêneas. Grande parte da sociedade brasileira quer virar a página da estagnação, da “privataria”, da desregulamentação e da abertura comercial e financeira ampla, geral e irrestrita que marcaram a economia e o Estado brasileiro no período 1990-2002.
22. Essa frente política que denominamos “neodesenvolvimentista” tem um programa político, formou-se empiricamente, não formalmente, e se distingue do neoliberalismo. Sustenta e justifica-se na medida em que se contrapõe ao neoliberalismo.
23. Nem todos os integrantes dessa frente têm consciência de que estão inseridos nela. Seus interesses são contraditórios e, muitas vezes, as forças sociais cujas práticas políticas convergem na defesa do crescimento econômico tendem a perceber mais essas contradições que a própria unidade da frente política. Porém, independentemente de o saberem ou não, o fato é que estão, em função de suas ações e do seu discurso, inseridos nela.
24. O neodesenvolvimentismo em curso, que se consolidou nos governos Lula e Dilma, é uma alternativa capitalista em que o Estado concilia o estímulo ao investimento produtivo com o capital financeiro que continua hegemônico no capitalismo internacional. O neodesenvolvimentismo converteu-se no desenvolvimento possível na periferia do capitalismo na era imperialista. **Portanto, o neodesenvolvimentismo não é uma alternativa para as forças populares e não corresponde ao seu projeto estratégico.**

DESENVOLVIMENTISMO CLÁSSICO E NEODESENVOLVIMENTISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

25. O período de 1930 – 1980 foi marcado pelo chamado Desenvolvimentismo Clássico. Mesmo com suas variações ideológicas (nacionalistas, pró-capital estrangeiro e autoritário), o **desenvolvimentismo** se constituiu, principalmente nos anos 50, como um conjunto de propostas para a sociedade brasileira que tinha como características fundamentais:
- A industrialização integral como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
 - Uma industrialização que só é viável se o Estado planejar. As forças espontâneas do mercado não têm capacidade de viabilizar uma industrialização eficiente e racional;
 - O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão.
 - O Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.
26. É importante ressaltar que o neodesenvolvimentismo atual, ao contrário do desenvolvimentismo clássico no Brasil, não surge num momento histórico caracterizado por uma onda longa de expansão do capitalismo internacional marcada por altas taxas de crescimento econômico que se constatou principalmente no pós-segunda guerra mundial. Neste período os EUA estimularam algumas medidas desenvolvimentistas, baseadas numa associação dependente com o capital estrangeiro.
27. Essa versão do desenvolvimentismo pautada no capital estrangeiro objetivava unificar as frações de classe da burguesia Latino-Americana para conter o “perigo” comunista. Esse incentivo à intensa entrada do capital estrangeiro também objetivava aprofundar o caráter dependente do capitalismo na América Latina. Por isso, parte do conteúdo das medidas do desenvolvimentismo clássico era incentivado pelos organismos internacionais como a Cepal e mesmo pelos EUA. **O imperialismo buscava conter o avanço do desenvolvimentismo somente quando o mesmo ganhava o caráter de um projeto nacionalista que sinalizava reformas estruturais e soberania econômica.**
28. Exemplo histórico importante é o segundo governo de Getúlio Vargas no início da década de 50. Na medida em que o desenvolvimentismo do governo de Getúlio Vargas foi ganhando um caráter nacionalista, o imperialismo procurou desestabilizá-lo de todas as formas. Já durante o governo

Juscelino Kubitschek na segunda metade dos anos 50, o desenvolvimentismo pautado pela participação massiva do capital estrangeiro não gerou conflitos com o imperialismo. No governo João Goulart, as medidas desenvolvimentistas ganharam um caráter nacionalista que sinalizava com a possibilidade real de viabilizar a soberania econômica e as reformas estruturais. Diante desse cenário o imperialismo articulou junto com seus aliados internos um golpe militar.

29. O neodesenvolvimentismo, que é dependente do fluxo de capitais estrangeiros e dos preços das *commodities*, mesmo com suas medidas tímidas em relação ao desenvolvimentismo clássico entra, pontualmente, em contradição com as orientações econômicas neoliberais do imperialismo, justamente quando suas medidas tem algum elemento que possa acumular para a soberania nacional. Isso fica claro quando a política externa brasileira concretiza a diversificação dos parceiros comerciais diminuindo sua dependência do mercado estadunidense e quando pauta o papel do Brasil na integração Latino-Americana e nas novas relações com a África. O neodesenvolvimentismo também entra em contradição com o imperialismo quando enfrenta, mesmo que de forma pontual e insuficiente, a blindagem jurídica das medidas neoliberais, ferindo os interesses do capital financeiro.

A DIFERENÇA ENTRE UMA FRENTE POLÍTICA E UMA ALIANÇA DE CLASSES.

30. Uma frente não é necessariamente uma aliança política. Como exemplo histórico, destacamos o fato de que o PCB, a partir da conhecida declaração de março de 1958, apostou na construção de uma aliança do campo popular com a burguesia nacional. Tratava-se de uma aliança duradoura, com um programa estratégico de conquista do poder político.
31. Uma aliança de classes é diferente de uma frente política. **Numa frente política há somente convergência de interesses momentâneos**, em torno de pontos limitados e de caráter instável.

AS CONTRADIÇÕES ENTRE AS FRAÇÕES DE CLASSE E SEU PAPEL NA LUTA POLÍTICA

32. Para a caracterização correta da conjuntura brasileira, além de ser útil compreendermos a diferença entre uma frente política e aliança de classes, também é necessário compreendermos que as classes sociais não são blocos homogêneos e sem contradições. Ao avançarmos numa análise mais rigorosa das classes nas formações sociais capitalistas contemporâneas, compreenderemos que interesses de classe de natureza estratégica e estrutural unificam todas as frações burguesas.
33. A garantia da propriedade privada e o controle do poder político, por exemplo, são elementos unificadores da burguesia e suas frações contra seus inimigos de classe: a classe trabalhadora e seus aliados históricos. O processo de produção e circulação de mercadorias contribui para a formação de frações de classes burguesas. Mas do ponto de vista político e ideológico, o que as consolida mesmo enquanto frações de classe com interesses divergentes e contraditórios é sua relação com o capital estrangeiro.
34. A burguesia interna se define pelo seu comportamento ambíguo frente ao capital internacional: ora opondo-se, ora apoiando os interesses estrangeiros. Isso em razão das formas de dependência do capital nativo ao capital externo, seja a dependência financeira, seja a dependência tecnológica.

O PROGRAMA POLÍTICO DA FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA

35. Reafirmamos que o neodesenvolvimentismo enquanto uma política de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro é mais limitado que o desenvolvimentismo clássico do período 1930-1980. Essa política é o desenvolvimentismo possível para uma economia que ainda sofre forte influência dos dogmas neoliberais, particularmente a hegemonia do capital financeiro e o controle da produção pelas grandes transnacionais.
36. O resultado é que quando comparamos o desempenho do neodesenvolvimentismo atual com o desenvolvimentismo clássico constatamos taxas de crescimento da economia menores que as taxas de crescimento do velho desenvolvimentismo, menor capacidade de investimento do Estado, importância menor do mercado interno e do desenvolvimento da indústria e menor capacidade de distribuição do patrimônio e da renda. Além de uma legislação de blindagem que consolida toda ofensiva neoliberal da década de 90.
37. Todas essas desvantagens da política econômica e do papel do Estado na economia atual frente à

velha política do desenvolvimentismo clássico decorrem dos limites impostos pelo capitalismo em sua fase de acumulação hegemônica pelo capital financeiro: a rolagem da dívida pública que inibe os investimentos produtivos e a implantação de políticas anticíclicas e sociais mais ousadas, o compromisso em manter a abertura comercial que vulnerabiliza o mercado interno, do teto baixo para a melhoria dos salários e das condições de trabalho. Porém, e principalmente quando comparado com período FHC que o antecedeu, é fato que o neodesenvolvimentismo atende, ainda que de modo muito desigual, interesses econômicos, políticos e sociais das forças que o apoiam

- 38. O programa político da frente neodesenvolvimentista se expressa na meta-síntese do crescimento econômico e da distribuição de renda.** Esse programa reflete interesses de todas as frações de classe da burguesia, mas principalmente os interesses da burguesia interna. Tal programa contempla, inclusive, parte dos interesses dos setores populares. Acrescente-se ainda que uma característica central da frente neodesenvolvimentista é a ausência, na sua agenda política, das reformas democráticas, nacionais e populares de caráter estrutural.
- 39.** A heterogeneidade da frente neodesenvolvimentista com suas diversas frações de classe impuseram duas características marcantes aos governos Lula e Dilma. A primeira reside no caráter de **composição** dos governos Lula e Dilma onde diversas frações de classe obtiveram ganhos. A segunda é uma consequência inevitável da natureza dessa composição que é a **conciliação de classes** desses governos.

QUEM MAIS GANHA COM ESSA FRENTE POLÍTICA É A BURGUESIA INTERNA

- 40.** Como afirmamos anteriormente, a força social que mais ganha com essa frente política é a grande burguesia interna. Essa fração burguesa, ao contrário do que afirmam ou sugerem as análises superficiais da denominada “globalização”, não deixou de existir em países como o Brasil.
- 41.** A burguesia interna no Brasil reúne setores variados do empresariado – indústria de transformação, construção civil, mineração, construção naval, parte do agronegócio e outros – que se unificaram como fração para obter do Estado proteção frente à concorrência que travam com o capital internacional.
- 42.** Os governos Lula e Dilma atenderam a esses reclamos da burguesia interna com a política de financiamento do BNDES, com a preferência para o produto local nas compras feitas pelo Estado e pelas empresas estatais, com a política externa Sul-Sul e, mais recentemente sob o Governo Dilma, com medidas protecionistas moderadas, com redução da taxa básica de juros, do custo da energia e

outras. Essa grande burguesia interna estava distante do processo decisório nos governos FHC. Desde o primeiro Governo Lula, ela obteve inúmeras arenas institucionais onde possibilitou, contando com a disponibilidade e incentivo do governo, vocalizar seus interesses.

43. No entanto, não cabem ilusões para as forças populares. O processo pelo qual a burguesia brasileira se consolida enquanto classe e molda suas instituições de dominação se operou sem ruptura com seu passado colonial e com a dominação externa. Mais do que isso, a manutenção da dependência e a combinação do atraso com a modernização das relações sociais eram mesmo uma exigência da consolidação do poder burguês. Essa é uma característica marcante e atual de nossa formação social.
44. O desenvolvimento da burguesia brasileira continua associado à burguesia imperialista dos países centrais embora pretenda manter e melhorar a posição que ocupa no capitalismo brasileiro. Nossa burguesia segue sendo estruturalmente, como afirma Florestan Fernandes, *“uma burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente anti-imperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político e diplomático”*.
45. Uma das conseqüências desse padrão de acumulação voltado para fora é que boa parte do processo de realização da mais-valia produzida no Brasil depende de mercados externos. Nisso reside um aspecto fundamental da dependência e associação da burguesia interna em relação ao imperialismo. Esse ponto é de crucial importância nos dias atuais. A dependência estrangeira não representa um simples entrave ao desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, ao contrário, ela é o âmbito que dita as exigências e circunscreve os limites do desenvolvimento. A burguesia brasileira quer e precisa se desenvolver, mas a forma e o alcance desse desenvolvimento são ditados desde fora, pelo papel que pode representar na divisão internacional do trabalho. Outro ponto central é que, para que possa se desenvolver, ela precisa também, a cada momento, desenvolver formas de dominação capazes de conter as transformações dentro desses limites, daí a importância do Estado como meio de unificação de seus interesses e principal fomentador do desenvolvimento.
46. Em suma, o que caracteriza o neodesenvolvimentismo como novo é o fato de que a dependência externa se organiza agora sob domínio do capital financeiro internacional e é este que circunscreve as possibilidades e os limites da ampliação dessa burguesia interna.

OS SETORES POPULARES E A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA

- 47.** Para as classes populares, isto é, para a classe operária, para os setores médios, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal, o programa neodesenvolvimentista também ofereceu algo. Os setores populares obtiveram conquistas concretas. Foi criada uma legislação para recuperação moderada do salário mínimo, o desemprego foi reduzido à metade e as condições da luta sindical melhoraram muito.
- 48.** Desde 2004, presenciamos uma recuperação do movimento sindical brasileiro e a grande maioria dos acordos e convenções têm obtido aumento real de salário. Os dados sobre as greves de 2004 e dos anos subsequentes apontam para uma atividade sindical vigorosa, considerado o padrão histórico de ação sindical brasileiro. Na segunda metade da década de 1980, tivemos uma média de 2200 greves por ano, mas esse foi um período excepcional na história do sindicalismo brasileiro e mundial; já no período 1991-1997, a média anual de greves caiu para cerca de 930. Na década de 2000, em especial depois de 2004, embora em números absolutos as greves tenham diminuído (em termos médios entre os anos de 2004 e 2010 foram 360 greves e 1,5 milhão de grevistas por ano), as greves ganharam força em termos reivindicativos e de conquistas e vêm avançando quantitativamente.
- 49.** Constata-se o aumento do valor dos benefícios da previdência, que atingem ao redor de 20 milhões de brasileiros adultos, em geral os mais pobres. A facilidade do acesso ao crédito de consumo permitiu um aumento de renda.
- 50.** Além de se beneficiar, tal qual a classe operária, dessa nova situação do emprego e do salário, boa parte dos setores médios foi beneficiada de outras maneiras. Os funcionários públicos voltaram a ter reajustes e até aumentos reais, após o prolongado período de congelamento da era FHC.
- 51.** As políticas educacionais contraditórias do neodesenvolvimentismo possibilitaram a expansão, mesmo que precarizada, do sistema de universidades federais, retomando os concursos públicos e abrindo mais vagas para os docentes recém-formados. Constata-se um aumento do percentual de jovens, inclusive os de baixa renda, que conseguem acessar o ensino superior. As cotas sociais e raciais além de contribuírem para a democratização do acesso à universidade trazem consigo um bom potencial organizativo. Essas mudanças no campo da educação, ainda que insuficientes e tímidas diante do desafio educacional, recolocaram na agenda do governo e da sociedade a necessidade de aumentar os investimentos públicos em educação.
- 52.** O movimento camponês, que o segundo Governo FHC escolhera como inimigo principal no campo popular, teve seu direito à reivindicação reconhecido e beneficiou-se da ampliação de crédito para a agricultura familiar e com programas de compra dos seus produtos.
- 53.** Os trabalhadores da massa marginal, agrupados em diversos movimentos sociais, foram

contemplados, por exemplo, no programa habitacional *Minha casa, minha vida* e com programas de transferência de rendas como “luz para todos”, “o Bolsa família” e o “Auxílio de prestação continuada”, “Brasil carinhoso”. Portanto, um conjunto de iniciativas governamentais, particularmente as políticas assistencialistas, está tendo um impacto considerável na redução da pobreza no Brasil.

54. Tudo isso gerou uma estatística favorável. Desde a década 1980, segundo especialistas, a parcela do trabalho na composição da renda nacional vinha caindo em relação à parcela do capital, situação que se alterou à partir de 2010.
55. Ao mesmo tempo em que constatamos as conquistas dos setores populares nos governos Lula e Dilma, também constatamos uma agenda liberalizante do governo federal que não acumula forças para a concretização dos interesses da classe trabalhadora. Esta agenda liberalizante está a serviço dos interesses do capital financeiro e da burguesia interna. Primeiro, a timidez e lentidão na mudança dos rumos da política econômica que ainda permanece refém do dogma neoliberal fundado no tripé conservador: câmbio flexível, sistemas de metas de inflação e superávit primário. Depois, veio o fim da aposentadoria integral do funcionalismo e o enfrentamento da greve dos servidores públicos com mão de ferro no ano de 2012. Em seguida, o governo federal encaminhou a concessão dos três maiores aeroportos do país para o controle da iniciativa privada. Além disso, para atender aos interesses diretos da burguesia interna, o governo Dilma viabilizou a desoneração da folha de pessoal de 15 setores da economia, podendo comprometer a previdência social. Um amplo programa de concessão de rodovias, ferrovias e portos para o setor privado está em curso. Para consolidar a agenda liberalizante, o governo Dilma autorizou a retomada dos leilões de áreas de exploração do petróleo para o ano de 2013, que estavam paralisados desde dezembro de 2008.
56. Basta um rápido olhar para verificarmos que todos integrantes da frente neodesenvolvimentista ganham algo. Porém, se bem fizermos as contas, veremos que os ganhos são muito desiguais. O campesinato pobre, aquele que não possui terra, está marginalizado no interior da frente devido à decisão dos governos Lula/Dilma de congelarem as desapropriações de terra, inviabilizando novas conquistas e priorizando os investimentos no Agronegócio. Os programas de transferência de renda para a população trabalhadora são muito insuficientes quando comparados com os “programas de transferência de rendas” para os rentistas (rolagem da dívida pública) e para os grandes capitalistas (financiamento farto e subsidiado do BNDES). Mas o fato é que a frente existe, e tem base objetiva para existir. É nos momentos críticos do processo político nacional que podemos constatar mais claramente a sua existência.
57. Em resumo, na correlação de forças atual a alternativa capitalista hegemônica pela burguesia interna impõe maiores ganhos e conquistas para as frações burguesas quando comparado com os ganhos que os setores populares conseguiram. Assim como seu antecessor, o governo Dilma é

profundamente marcado pela contradição. O governo que reduz a pobreza é o mesmo que garante as concessões de setores estratégicos da infra-estrutura do sistema produtivo nacional para o controle do capital privado; o governo que favorece a agricultura familiar com inúmeras medidas é o mesmo que promove e fortalece o agronegócio, que destrói a natureza e impede a reforma agrária; o governo que promove e defende os direitos humanos é o mesmo que favorece empreendimentos que violam direitos humanos. Sabemos que não estamos lidando com um governo de esquerda, mas com um governo de composição, uma coalizão que tem no seu interior esquerda e direita. Sabemos, sobretudo, que estamos diante de um governo profundamente contraditório e, como tal, vulnerável à pressão da sociedade.

NEODESENVOLVIMENTISMO E DIFERENCIAÇÃO DO REGIME DE CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

“Sem a existência de um proletariado constituído como classe independente, não haverá sindicatos e partidos operários independentes (e se eles o forem, isso não alterará ou alterará muito pouco a situação), já que os interesses de classe da burguesia estarão sempre presentes para atrofiar as classes trabalhadoras, ou seja, para atrofiar os sindicatos e os partidos operários”.

(Florestan Fernandes)

58. A história da luta de classes no Brasil demonstra que nos momentos de crescimento econômico de nosso capitalismo dependente e subdesenvolvido um conjunto de contradições vem à tona, influenciando no processo de diferenciação do regime de classes. É justamente a convergência de contradições econômicas, políticas e culturais que possibilita a construção de força própria da classe trabalhadora e seus aliados. É exatamente nestes períodos históricos que pode tornar-se viável um projeto de reformas estruturais capaz de acirrar as contradições de classe e que, em determinadas conjunturas, coloca a questão do poder na ordem do dia. Ou seja, o desenvolvimento dessas contradições lança as bases para que novos personagens entrem na luta política, superando o período histórico de descenso da luta de massas.

- 59.** As manifestações políticas desse processo marcado principalmente pela recomposição da classe trabalhadora não ocorrem de um dia para o outro. Assim, podemos dizer que o ascenso da luta de massas iniciado a partir de 1978/1979 é a expressão de um conjunto de contradições econômicas, políticas e culturais que emergiram com o ciclo de crescimento da economia brasileira a partir de 1968, com a crise da economia brasileira a partir de 1973 e com o desgaste político da ditadura militar perante a sociedade brasileira que permitiu o avanço da luta pela redemocratização de nosso país. Setores da vanguarda da luta política brasileira incidiram sobre estas contradições para potencializar a capacidade de organização da classe trabalhadora. Portanto, canalizaram o movimento da classe para formas superiores de organização.
- 60.** Fazemos esse resgate histórico para ressaltar que o neodesenvolvimentismo em curso proporciona um conjunto de contradições importantes sobre as quais as forças populares devem incidir e potencializar a organização do povo brasileiro. Dentre elas destacamos a recomposição da classe trabalhadora urbana no Brasil. Sabemos que o protagonismo dos trabalhadores urbanos é parte fundamental da história das lutas por reformas estruturais no Brasil.
- 61.** Podemos afirmar que as duas principais consequências do neodesenvolvimentismo no regime de diferenciação de classes se expressam na recomposição gradual da classe trabalhadora urbana e no fortalecimento da chamada burguesia interna. A recomposição dessa classe trabalhadora urbana abre espaço também para a ampliação da força política do conjunto da classe no campo e na cidade. Ao mesmo tempo esse processo de recomposição da classe ocorre diante da formação de uma burguesia interna que não tem projeto de nação.
- 62.** Não foram por acaso os ganhos salariais que a classe trabalhadora obteve no último período. O processo de geração de empregos reduziu, gradativamente, o tamanho do exército industrial de reserva no Brasil que favoreceu a disposição dos trabalhadores para as lutas. O resultado foi uma pressão salarial favorável aos trabalhadores. Outra contradição reside no processo de ampliação da pequena burguesia através do estímulo, por parte do Estado, dos pequenos negócios. No campo, o neodesenvolvimentismo, em detrimento da reforma agrária, favoreceu o avanço do agronegócio e suas mazelas ambientais. Destaca-se também um processo de consolidação de políticas assistencialistas do governo que tiveram um impacto considerável na vida de milhões de brasileiros.
- 63.** É errado identificar o aumento da renda de certos setores da classe trabalhadora com o surgimento de uma nova classe média. Uma classe média tem ocupações diferentes dessas que foram geradas. Se fossem vinculadas a bancários, professores ou dirigentes de empresas, possivelmente poderíamos associar isso a classe média, mas não foram essas ocupações que deram razão a essa mobilidade social. No caso brasileiro, parcelas significativas das ocupações não são geradas pela indústria, mas sim por serviços. Por isso, entendemos que são novos segmentos no interior da classe trabalhadora. A classe média tradicionalmente tem uma estrutura muito diferente desses segmentos

novos que surgiram no Brasil. Ela tem mais gastos com educação e com saúde. O peso da alimentação é muito menor do que o que se identifica nesse segmento de renda de até 1,5 ou 2 salários mínimos mensais. Além disso, não se trata de um fenômeno brasileiro. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, entre 1990 e 2010, a dita “classe média” que vive nos chamados países emergentes passou de 26% a 58% do total desse grupo no mundo.

64. A burguesia, através dos meios de comunicação e setores da academia, fazem uma disputa ideológica insinuando que surgiu uma nova classe média. Essa manipulação é apenas uma forma de fazer agitação ideológica, para justamente afastar esses setores da classe trabalhadora de sua identidade de classe e de suas organizações. Até mesmo setores do governo assimilaram a ratoeira da direita e também assumem esse discurso. Nosso papel é combater essa leitura em todos os espaços possíveis.

NEODESENVOLVIMENTISMO, CRISE ECONÔMICA E CONTRADIÇÕES DO BLOCO NO PODER

65. A existência dessas contradições enquanto a economia nacional estava numa rota de crescimento não proporcionava grandes conflitos para os partidos de esquerda e seus aliados que compõem a base do governo Dilma. No entanto, a crise econômica mundial já está provocando uma desaceleração no crescimento da economia brasileira. Caso essa tendência continue, a frente neodesenvolvimentista encontrará dificuldades de seguir com êxito em torno de sua meta síntese: crescimento econômico e distribuição de renda.

66. A indústria nacional enfrenta dificuldades devido à falta de investimentos pesados em educação e inovação tecnológica, além da ausência de uma taxa de câmbio adequada aos interesses da produção industrial. O decréscimo da indústria nacional se deve também à forte concorrência das grandes corporações transnacionais que controlam o mercado mundial de bens industriais. Isso tem levado à perda do seu espaço, à parceria subalterna da indústria nacional com empresas transnacionais, à falência, ou à venda. Nos últimos cinco anos, constatou-se o maior movimento de desnacionalização de empresas brasileiras, em todas as atividades econômicas, de toda história da economia nacional. A tendência é de diminuição da demanda internacional por commodities e a conseqüente queda nos seus preços. Potencializar o consumo interno facilitando o crédito terá menor eficácia do que em 2008 e 2009 devido ao endividamento das famílias brasileiras.

67. Num cenário de continuidade e agravamento dos efeitos sociais da crise, a manutenção da frente neodesenvolvimentista implicará em concessões cada vez maiores à burguesia interna e a um

acirramento das tensões entre as frações de classe. Acreditamos que a continuidade e o aprofundamento da crise vão impactar a economia brasileira de tal forma que facilitar o crédito e reduzir os juros se mostrarão iniciativas insuficientes. Para manter as conquistas dos 10 anos de governos Lula e Dilma, a presidenta terá que acelerar e aprofundar as mudanças na política econômica diminuindo o espaço do capital financeiro na economia nacional.

- 68.** Para garantir e aprofundar as conquistas que os setores populares obtiveram nos governos Lula e Dilma faz-se necessário viabilizar mudanças profundas na política macroeconômica acompanhadas de reformas estruturais na sociedade e aumento considerável da taxa de investimento do Estado no setor produtivo para gerar milhões de empregos. Além disso, o que realmente poderia garantir renda e emprego num momento de crise profunda seria um conjunto de reformas nacionais, democráticas e populares que dependem mais de um amplo movimento de massas do que de um governo de composição que concilia interesses de classes. Caso não ocorram estas mudanças na política macroeconômica, assim como não se concretize um aumento significativo da taxa de investimentos do Estado e o governo não dialogue com um movimento por reformas estruturais na sociedade brasileira, as taxas de crescimento da economia brasileira nos próximos anos poderão ser pífias. Isso certamente comprometeria a unidade da frente neodesenvolvimentista.
- 69.** Serão necessárias mudanças mais profundas na política macroeconômica acompanhadas de reformas estruturais na sociedade e aumento considerável da taxa de investimento do Estado no setor produtivo para gerar milhões de empregos. Além disso, o que realmente poderia garantir renda e emprego num momento de crise profunda seria um conjunto de reformas nacionais, democráticas e populares que dependem mais de um amplo movimento de massas do que de um governo de composição que concilia interesses de classes.
- 70.** Vale lembrar que o aprofundamento da crise também possibilitará o surgimento de uma alternativa pela direita. Isso poderá ocorrer na medida em que o neodesenvolvimentismo não pauta as reformas estruturais na sociedade, não educa politicamente as massas e não forma uma base social de massas que reivindique um projeto político claro. Além disso, do ponto de vista ideológico, o neodesenvolvimentismo é conservador, pois busca melhorar a vida do povo sem o elemento do conflito. Portanto, o neodesenvolvimentismo ao prescindir de um movimento de massas que reivindique um projeto político claro e ao demonstrar-se ideologicamente conservador, externa uma fragilidade estrutural que abre espaço para o crescimento da direita em determinadas situações. Uma alternativa pela direita poderá se consolidar caso as forças populares não consigam viabilizar uma alternativa democrática, nacional e popular para a crise do capitalismo mundial.
- 71.** O aprofundamento da crise e o possível esgotamento do projeto neodesenvolvimentista não gera, necessariamente, um aumento das forças progressistas. Ao contrário, pode ter como consequência

uma ampliação do conservadorismo no interior da própria classe trabalhadora. A própria burguesia sabe da importância de disputar os rumos do projeto em curso. O que assistimos nas últimas eleições não foi apenas a vitória do PT no maior colégio eleitoral (São Paulo), mas também e principalmente, a disputa pela direção desse projeto por parte de setores conservadores e reacionários da própria burguesia (vide o crescimento considerável do PSD, as movimentações de Eduardo Campos e do PSB na cena política nacional e a própria “nova roupagem” do PSDB com o fortalecimento de Aécio Neves).

- 72.** A grande burguesia interna é muito heterogênea, está atravessada de contradições. O setor industrial tem conflito com o capital bancário nacional, motivado pela disputa em torno do percentual da taxa de juros; as empresas associadas ao capital chinês, como a mineração e parte do agronegócio, rivalizam com aquelas associadas ao capital estadunidense ou europeu, como a indústria de transformação, o que repercute no posicionamento desses setores frente à política externa; as grandes empresas rivalizam com as empresas de médio e pequeno porte, disputando financiamento subsidiado do BNDES. Tal heterogeneidade e tal dependência frente ao capital estrangeiro impediu que essa burguesia fosse capaz de criar um instrumento político próprio para a defesa dos seus interesses. A burguesia interna acabou, então, por assediar, exitosamente, os setores majoritários do Partido dos Trabalhadores (PT).
- 73.** Como as reformas estruturais não estão na agenda da composição política que sustenta o governo Dilma, então a presidenta e os partidos de esquerda poderão enfrentar o seguinte dilema: seguir com medidas paliativas no enfrentamento da crise econômica, garantindo a unidade da coalizão de partidos que sustenta o governo, ou optar por mudanças mais profundas na política econômica, acompanhadas de reformas estruturais e apostando na formação de um bloco popular em defesa dessas medidas.
- 74.** Quem ganha com a hesitação do governo Dilma no enfrentamento à crise econômica é a direita brasileira. Isso porque se a economia desacelerar demais e as conquistas dos últimos anos forem ameaçadas, a popularidade e aprovação do governo poderão cair. Os partidos fisiológicos que fazem parte da coalizão governista poderão se agrupar em torno do PSDB ou outra alternativa burguesa. Portanto, de uma forma ou de outra, essa composição que sustenta o governo Dilma poderá sofrer dissidências. Por outro lado, contribui para desagregar ainda mais a relação com os setores burgueses de sua base de sustentação, o compromisso que Dilma assumiu com algumas pautas dos setores populares como a Comissão Nacional da Verdade, os vetos às mudanças no novo código florestal e a defesa da destinação de 100% dos royalties do petróleo, assim como, 50% do fundo social do pré-sal para a educação.
- 75.** Portanto as contradições do bloco no poder tendem a se aprofundar no próximo período. O que está em jogo são os rumos que o governo tomará para manter as taxas de lucros das diversas frações da

burguesia interna e seus interesses, sem comprometer seu canal de diálogo com a classe trabalhadora. Certamente o desenrolar da crise econômica mundial e a capacidade de mobilização das amplas massas populares poderão ser os elementos definidores desse xadrez político.

A CONSTRUÇÃO DA TÁTICA E O MOMENTO POLÍTICO ATUAL

- 76.** A tática enquanto um conjunto de movimentos que objetivam viabilizar nossa estratégia pode mudar de acordo com a correlação de forças e com a movimentação de nossos inimigos.
- 77.** Relembremos que o processo de materialização da tática se expressa pelas seguintes vias:
- Pela combinação das lutas sociais com as lutas institucionais.
 - Pela militância e construção das lutas sociais em diversas frentes de lutas e movimentos populares.
 - Pela luta ideológica que fazemos de diversas formas e em vários espaços da luta política brasileira.
 - Através da propaganda, agitação e construção cotidiana de um Projeto Popular Para o Brasil.
 - Nossa construção passa pela necessidade de acumular forças em torno do tripé: organização, formação e luta.
- 78.** Inicialmente cabe constatar que, do ponto de vista da correlação de forças nacional e internacional, as forças populares foram derrotadas, no campo das lutas concretas, pela força do projeto neoliberal que ganhou legitimidade na sociedade diante da crise das experiências de construção do socialismo, particularmente com o fim da União Soviética, e diante do avanço do processo internacional de reestruturação produtiva, que colocou o movimento operário na defensiva. Em resumo, pelo conjunto de medidas e fatos que hoje podemos chamar de ofensiva neoliberal e que atingiu seu auge nos anos 90.
- 79.** Devemos acumular forças para contribuir decisivamente para a construção de lutas sociais nessa nova etapa da luta política que se abre no Brasil. É impossível enfrentar esse desafio sem enraizar na sociedade brasileira a necessidade de construção de projetos políticos. Além disso, para enfrentar esse desafio é imprescindível uma coluna de quadros preparados e pautados no princípio da fidelidade ao povo.
- 80.** O Projeto Popular Para o Brasil além de dialogar com nível de consciência das massas e apresentar soluções concretas para os problemas do povo, deve ser uma mediação política entre o nível de consciência das massas e a necessidade de construção do socialismo.
- 81.** O ponto de partida de nosso desafio para o próximo período passa pela retomada das mobilizações de massas. Só uma vigorosa retomada das lutas sociais conseguirá abrir espaço para pautarmos um amplo debate sobre questões estratégicas e estruturais da sociedade brasileira.

- 82.** A História demonstra que a luta por reformas estruturais politiza as massas, polariza a sociedade e possibilita correlações de força favoráveis ao aprofundamento dos projetos políticos. Apostar e lutar pela concretização de reformas democráticas, nacionais e populares num momento de cerco e desmoralização do neoliberalismo é o melhor caminho para enfrentar a crise econômica internacional.
- 83.** Nas formações sociais dependentes, as conjunturas marcadas pelo crescimento econômico e conquistas sociais pelos setores populares permitem colocar na ordem do dia a tensão entre a possibilidade de aprofundar e avançar conquistas sociais anunciadas pelo desenvolvimento e a sua concretização real. Essa é uma tensão que temos que estimular, apresentando o Projeto Popular como alternativa de poder e como acúmulo de forças para a construção do socialismo.

ALGUNS ELEMENTOS ORIENTADORES DA TÁTICA PARA O PRÓXIMO PERÍODO

- 84.** Nesse momento histórico da luta política brasileira **nosso inimigo principal é o imperialismo e seus representantes neoliberais.**
- 85.** Nossa política de alianças não é determinada pela nossa vontade e sim pela correlação entre a nossa força e a força do inimigo. Deve refletir as movimentações táticas e exige firmeza ideológica.
- 86.** No processo de construção das alianças não podemos cometer o equívoco da identificação errada do inimigo, de não construir força própria e de não ter um objetivo estratégico claro.
- 87.** Reafirmamos a justeza e atualidade do conteúdo de nossa Resolução da IV Assembleia Nacional da Consulta Popular, em relação à posição política diante do governo Dilma: “Nossa posição deve ser de manter a independência e autonomia em relação ao governo, defendemos que a classe trabalhadora não deve cair no isolamento oposicionista ou no “governismo”, rompendo essa armadilha que divide a esquerda e as forças populares. Devemos apoiar as medidas que forem benéficas à classe trabalhadora e criticar as medidas contrárias, pois analisamos que um governo de composição e conciliação de classes nos permite agir na contradição de suas medidas para construir força social própria, por meio da disputa ideológica na sociedade, demonstrando os limites do neodesenvolvimentismo”. (Resoluções Políticas da IV Assembleia Nacional, p. 74).

CENTRO DA TÁTICA: INCIDIR NAS CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO PARA CANALIZÁ-LAS PARA A ORGANIZAÇÃO POPULAR.

- 88. As principais forças populares já participam dessa frente neodesenvolvimentista, queiramos ou não, e o fazem de forma subordinada e sem um projeto autônomo de classe. Isso deve ser o centro de nossa preocupação.** O importante é entender o que leva a classe trabalhadora a integrar a frente neodesenvolvimentista. Não se trata apenas de um contentamento induzido por políticas compensatórias ou pela chamada “inclusão pelo consumo” ou, ainda, uma suposta “ilusão” criada pelo discurso governamental. Devemos nos distanciar dessas explicações por um motivo evidente: o que as unifica é que a dificuldade de construção de força própria é imputada à própria classe e, como não podemos simplesmente “trocar de povo”, isso em nada nos ajuda.
- 89.** Os setores populares, centralmente a classe operária, não são tão inocentes nem tão imediatistas quanto se imagina. O que leva esses setores a integrar o projeto neodesenvolvimentista é justamente o fato de que seu “destino enquanto classe” e suas possibilidades de ascensão social aparecem vinculadas ao próprio crescimento econômico e ao desenvolvimento das forças produtivas. As mudanças nas suas condições imediatas de vida só fazem confirmar essa percepção. Além disso, esse movimento é responsável pela recomposição, ainda que frágil, de sua força enquanto classe e da sua capacidade de ter conquistas reais. Daí o progressivo distanciamento e isolamento das forças de esquerda que se colocam como oposição por princípio ao projeto neodesenvolvimentista. Atualmente, estas forças de esquerda se distanciam do nível de consciência da classe trabalhadora que dizem representar e, conseqüentemente, são incapazes de acumular forças para construir um projeto político autônomo da classe trabalhadora que, em seu conjunto, encontra-se sob a influência da frente neodesenvolvimentista.
- 90.** Nas eleições presidenciais, principalmente nas de 2006 e de 2010, setores expressivos da indústria nacional, o PT-PCdoB, PDT, PSB, a maior parte do sindicalismo, organizações do campo – com destaque para a Via Campesina, movimentos de moradia, juventude, feministas, e outros setores apoiaram explicitamente ou favoreceram as candidaturas Lula e Dilma contra os candidatos tucanos Geraldo Alckmin e José Serra. Na chamada crise do mensalão, em 2005, tanto a maioria das grandes associações de empresários como as organizações populares posicionaram-se em defesa do Governo Lula ou mantiveram uma neutralidade que lhe era favorável. Isso é assim porque nenhuma força integrante da frente possui ou julga possuir forças para intervir sozinha de modo eficiente na política nacional.
- 91.** Todos, burguesia interna e trabalhadores, temem a volta dos governos neoliberais ortodoxos do PSDB e seus aliados, isto é, dos partidos que representam os interesses do capital financeiro internacional e de seus agentes internos. É por isso que, nas décadas de 2000 e de 2010, o processo

político nacional juntou forças burguesas e populares que, nas décadas de 1980 e de 1990, raramente aconteceu.

92. A questão segue sendo, portanto, a de como inserir um projeto que possa ir além do *neodesenvolvimentismo*. Trata-se, portanto, de construir uma força autônoma da classe trabalhadora e seus aliados históricos no seio da frente neodesenvolvimentista, ou seja, inserir o projeto popular na disputa, construindo a autonomia da classe trabalhadora no interior da frente, acirrando assim as contradições entre as classes que a constituem. **Dito de outra forma, nosso desafio central é incidir nas contradições do projeto neodesenvolvimentista em curso para canalizá-las para a organização popular. Este é centro da tática para o próximo período.** A primeira tarefa para estabelecer uma conexão entre a recomposição da classe trabalhadora no nível econômico e um projeto alternativo é pautar **nacionalmente o desenvolvimento que queremos**. É necessário retornar a um esforço bastante conhecido de nossa organização: **estimular nas forças progressistas um debate sobre o desenvolvimento enquanto Projeto de Nação**.
93. Para fazer avançar a consciência dos setores populares é importante reconhecermos e defendermos as medidas do governo Dilma que os beneficiam. Principalmente quando estas medidas progressistas se colocarem em contraponto aos setores mais conservadores da sociedade, os mais legítimos representantes do capital financeiro internacional e do imperialismo, como forma de acirrar as fissuras no seio da própria classe dominante. Mas exige também, ao mesmo tempo, atuar decisivamente na crítica às medidas contrárias aos interesses do campo popular, expondo os limites do atual projeto e suas contradições.
94. Trata-se, portanto, de criar as condições para debatermos a necessidade de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que, contemporaneamente, deve se orientar pelo tripé bastante ressaltado pelo saudoso Celso Furtado. O conteúdo desse projeto passa pelas reformas estruturais na sociedade; pela industrialização soberana, ou seja, uma industrialização fundada em tecnologia nacional e ao mesmo tempo de ponta, o que significa pesados investimentos em educação, ciência e tecnologia; e, finalmente, pelo elemento da criatividade cultural.
95. O impasse no crescimento econômico imposto pela crise capitalista favorece essa proposta. O projeto nacional de desenvolvimento é um componente fundamental do que temos chamado de Projeto Popular para o Brasil. Ao propagandearmos um projeto nacional de desenvolvimento nesse momento da crise econômica internacional temos a possibilidade de atrair diversos setores da sociedade para debater uma alternativa democrática, nacional e popular para o Brasil.
96. Como este atual desenvolvimento ocorre nos marcos da hegemonia do capital financeiro internacional, a própria dinâmica da crise internacional (em particular, seus efeitos sobre a economia chinesa, nosso principal comprador de commodities) e os limites das contratendências utilizadas no Brasil (redução de IPI, aumento do crédito, as próprias obras de infraestrutura, etc.)

para segurar os impactos da crise devem ser observados com cuidado: é essa dinâmica que sugere a urgência de nossa construção.

AS FRENTES DE LUTA E A CONSTRUÇÃO DA TÁTICA

“Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de reforma agrária e na qual a revolução urbana se confunde ou com inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática.”

(Florestan Fernandes).

- 97.** Avançar no nível de organização popular é um desafio que exigirá de nossa militância uma capacidade maior de formulação sobre temas da conjuntura nas mais diversas frentes de atuação. A recomposição da classe trabalhadora não se dá somente em sua inserção no mercado de trabalho. A ampliação das universidades federais pelo REUNI, os mais de um milhão de brasileiros e brasileiras beneficiados pelo PROUNI, bem como a importante conquista dos 50% de cotas nas universidades públicas e Institutos Federais, representam uma ampliação muito considerável da presença das classes populares no interior da universidade, o que pode aumentar a combatividade do movimento estudantil. Mas isso não está garantido por si só. Abre-se uma oportunidade histórica de construção na classe trabalhadora urbana. Temos agora milhares dos melhores jovens operários nas universidades e escolas técnicas. É uma oportunidade única que exigirá prioridade e dedicação. Só teremos condição de organizar esses estudantes se tivermos posições sólidas sobre as contradições que serão vivenciadas pelas classes populares nas universidades.
- 98.** Da mesma forma, certos temas relacionados à luta sindical nos ajudam a colocar em pauta a qualidade do desenvolvimento em curso. A questão da redução da jornada de trabalho, do direito de greve, dos ataques aos direitos trabalhistas, e a reforma da previdência serão temas importantes que se relacionam diretamente com os setores da classe trabalhadora em ascensão no último período. Aqui não basta apenas formular boas posições, precisamos de um canal a partir do qual possamos irradiá-las e influenciar o debate no interior das centrais e junto aos setores organizados com quem temos relação.
- 99.** É mais do que nunca urgente a construção de uma ferramenta sindical da Consulta Popular. Nossa corrente terá como desafio central contribuir com a construção da unidade, assim como na

construção de lutas, avançar na capacidade organizativa e na consciência no interior da classe trabalhadora, com a reconstituição de sua identidade, combatendo, sempre que necessário, o economicismo, o reformismo, o corporativismo, o divisionismo e a fragmentação. Estimulando ações, lutas políticas, em torno das pautas do Projeto Popular, num intenso trabalho de base junto às categorias.

- 100.** Entendemos que o processo de reorganização da classe não depende nem de um exercício de vontade e nem de novos aparatos burocráticos para se realizar. Construiremos nossa inserção atentando para a necessidade de promover, no futuro, o reencontro orgânico e unitário dos trabalhadores, em torno de uma única central sindical, colocando o movimento sindical brasileiro no centro do cenário político nacional.
- 101.** Na atuação entre as mulheres, a luta por autonomia econômica e igualdade no trabalho segue com principalidade na nossa ação, principalmente porque vivenciamos o aprofundamento dos mecanismos perversos da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres. Mesmo com o crescimento vertiginoso da participação feminina no mercado de trabalho (nas últimas três décadas houve o ingresso de 32 milhões de mulheres), as condições de salário e de formalização não são as mesmas dos homens. As mulheres continuam recebendo cerca de 25% a menos que os homens, estão nas ocupações informais, como o trabalho a domicílio, por tempo parcial e terceirizadas, sofrem com o assédio sexual. Ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados - os homens contribuem apenas com 9%-, além disso o Estado não proporciona equipamentos sociais (creches, lavanderias e cozinhas comunitárias, transporte escolar e educação pública de qualidade) suficientes para garantir a socialização dos mesmos e a permanência das Mulheres no trabalho remunerado.
- 102.** Lutamos também pelo *fim da violência contra a mulher*. A violência seja ela física, psicológica, moral ou sexual se mantêm como a principal ferramenta do patriarcado para sustentar sua dominação e manter as mulheres circunscritas aos espaços privados. Dados como o da pesquisa realizada pela fundação Perseu Abramo, apontam de forma alarmante que 20% das mulheres brasileiras foram vitimadas, em algum momento de suas vidas, por algum tipo de violência.
- 103.** E, não menos importante, lutamos pelo fim da criminalização das mulheres e pela *Legalização do aborto* pois, além compreender que a garantia do direito ao próprio corpo é condição fundamental para a efetiva emancipação das mulheres, entendemos que se trata de uma bandeira classista. Quem morre por não ter acesso à interrupção segura da gravidez são as mulheres trabalhadoras (sobretudo as negras e mais pobres).
- 104.** Além disso, apontamos a necessidade de construção do movimento auto-organizado de mulheres e que para esta tarefa precisamos de ferramentas organizativas, frentes de massa que pautem este debate, através do trabalho de base e promovendo lutas unitárias.

- 105.** Apostamos que as principais frentes de luta capazes de gerar unidade entre as forças do campo popular são as seguintes:
1. Luta contra o capital financeiro rentista, a taxa de juros e a política de superávit primário.
 2. Luta em defesa da soberania nacional e em defesa dos recursos naturais e minerais.
 3. Luta contra a desigualdade social e a concentração de riqueza
 4. Luta pela garantia de 10% do PIB para educação pública, pela erradicação do analfabetismo entre adultos, e pela universalização do acesso dos jovens à universidade.
 5. Luta contra o uso de agrotóxicos pelo atual modelo agrícola.
 6. Luta pela democratização dos meios de comunicação e construção de mídias populares.
 7. Luta pela democratização do poder judiciário, em todos os níveis, e por uma fiscalização da sociedade.
 8. Luta pela reforma política, no conjunto de propostas em debate na sociedade.
 9. Luta pelos direitos previdenciários da classe trabalhadora.
 10. Luta pela reforma agrária e um novo modelo agrícola no meio rural.
- 106.** Em nossa IV Assembleia Nacional identificamos 11 frentes (Movimento Operário sindical; feminismo; negritude; juventude e movimento estudantil; questão ambiental, energia e petróleo; saúde; homofobia; democratização da comunicação; Lutas camponesas, Assembleia Popular e lutas populares; e a Alba). Para elas definimos programas e bandeiras que estão em permanente diálogo com as contradições da realidade concreta. Essas deliberações encontram-se na Cartilha 21 – Resoluções da IV Assembleia Nacional Carlos Marighella.
- 107.** A tarefa de inserir o debate sobre o desenvolvimento como projeto de nação na agenda política nacional exige que concentremos nossos esforços em um processo de articulação de médio prazo culminando numa ação que unifique não somente o nosso campo político, mas diferentes entidades e setores progressistas. Isso poderia envolver os setores organizados da classe trabalhadora e outras forças sociais e frações de classe que não se sentem inteiramente contemplados pelo projeto em curso. Não se trata aqui de debater o formato de tal ação, o importante é termos algo em mente e que seja uma proposição capaz de ser reivindicada por diversos setores.
- 108.** A Marcha Popular pelo Brasil em 1999, a Campanha contra a ALCA e a construção de articulações amplas como a Coordenação de Movimentos Sociais e a Assembleia Popular são experiências fundamentais no esforço de contar com uma ferramenta de lutas capaz de aglutinar o mais amplo leque de lutadores populares. A construção de um amplo movimento de luta, que venha unir pessoas de diferentes crenças, posições políticas, classes sociais, em torno de propostas bem claras e definidas, capazes de criar entusiasmo e força transformadora na sociedade brasileira segue sendo a tarefa central de nossa tática de construir o Projeto Popular neste momento histórico.

“O fato histórico central vem a ser a constituição do proletariado em classe (como classe em si) e o seu desenvolvimento como classe independente. Isso não se dá sem o desenvolvimento concomitante das forças produtivas e da própria burguesia.(...) no primeiro estágio os proletários ficam à mercê da burguesia, engrossando suas forças sociais e políticas. No segundo estágio, à medida que se desenvolve como classe independente, o proletariado liberta-se da tutela política burguesa e impõe-se como “partido político”. (...) No terceiro estágio, finalmente, o potencial revolucionário do proletariado emerge e expande-se livremente, já que ele deve comandar a luta de classes e o processo global de desintegração da ‘antiga sociedade’ e de constituição da sociedade socialista”
(Florestan Fernandes, O que é revolução?)

O PAPEL DA LUTA ELEITORAL NA TÁTICA

- 109.** A luta eleitoral é uma forma de manifestação da luta de classes. Os revolucionários devem se posicionar diante das eleições de acordo com a caracterização da correlação de forças. A conquista do sufrágio universal nas modernas democracias no século XIX e XX representou inicialmente um acúmulo de forças importante para as classes populares, particularmente em alguns países europeus.
- 110.** As democracias burguesas são permeadas de contradições que devemos explorar, mas se consolidaram e se constituem como mecanismos de dominação formal da burguesia.
- 111.** Em alguns momentos eleitorais questões importantes para a sociedade são pautadas, mesmo que de forma rebaixada. As eleições estabelecem a disputa de uma parcela do Estado que controla grande parte da mais-valia social. Este é um período em que as classes sociais são chamadas a se posicionar e se alinhar conforme suas demandas concretas. Além disto, trata-se de um momento privilegiado para demonstrar os limites e expor as contradições das democracias burguesas.
- Dessa maneira, para a Consulta Popular, dessa maneira, para a Consulta Popular, a luta eleitoral se localiza no âmbito da tática política, assim como a luta por terra, moradia, por direitos para as mulheres, para os jovens e para os trabalhadores. A forma como participamos desta luta deve ser avaliada, como em outras táticas, a partir de uma leitura da conjuntura política e da correlação de forças. Buscamos nesse processo, como em todas as disputas que estabelecemos, encontrar as

melhores condições para acumular forças em torno do projeto popular e de nosso objetivo estratégico: construir a revolução brasileira.

- 112.** Sabemos que o Projeto Popular, desde 1989, não esteve em pauta durante as eleições e mesmo que estivesse, a sua implementação estaria sujeita a força dos setores populares em seu enfrentamento com a forças anti-nacionais, anti-populares e anti-democráticas, agrupadas em torno da grande burguesia agrária, financeira e da grande indústria, e não da vontade política de tal ou qual governante.
- 113.** Nas últimas eleições, avaliamos que estavam em disputa dois campos com interesses distintos, conforme a última resolução da DN, de maio de 2012. De um lado, o campo do PSDB/DEM, que representa os interesses do capital financeiro, defende e patrocina um alinhamento internacional ao imperialismo, com implicações nas realidades locais; e, de outro, as candidaturas mais progressistas, que, embora ainda não coloquem em pauta as mudanças estruturais, tem possibilitado acúmulos econômicos e sociais para o conjunto dos trabalhadores e, em alguma medida, proporcionam melhores condições para a acumulação de forças, rumo a construção do Projeto Popular para o Brasil.
- 114.** Considerando essa avaliação, nos posicionamos de forma a infringir derrotas às candidaturas conservadoras, alinhadas com o imperialismo e ao neoliberalismo. Nas eleições municipais de 2012, pela primeira vez em nossa história, apoiamos candidatos em todos os estados em que estamos organizados. Direcionamos nossos esforços e trabalhos para eleger aqueles que julgamos proporcionar melhores cenários e condições para a luta, e, preferencialmente, afinados com o campo do projeto popular. Aproveitamos para estreitar relações e reaproximar setores da esquerda com os quais temos maior afinidade estratégica.
- 115.** E, ao contrário do que tínhamos em alguns momentos de nossa história, conseguimos participar de forma diferenciada, aproveitamos o “clima político” para promover a agitação e propaganda dos pontos programáticos do Projeto Popular, e seguimos com a construção das demais lutas e de nossa organização.
- 116.** Em nosso processo de construção organizativa, a opção de não participar da luta eleitoral nunca foi um princípio, mas sim uma opção feita em função da análise da correlação de forças na sociedade, levando também em consideração nosso estágio de construção em relação aos efeitos cooptadores da luta eleitoral.
- 117.** Na medida em que vamos consolidando a formação de nossos quadros, construindo a confiança interna e estruturando nossa organização, vamos, gradativamente, enfrentando o desafio da luta eleitoral.

CENÁRIOS PARA 2014

118. A meta-síntese da direita Neoliberal é derrotar a candidatura do PT em 2014, nas eleições presidenciais. Para tanto, desencadeia desde já um processo de ofensiva contra as forças populares e contra o governo Dilma.
119. Esta ofensiva se materializa pelas seguintes vias: no campo da luta institucional, no campo da luta ideológica e no campo da luta social.
120. No campo da luta institucional, particularmente a luta eleitoral, a direita agrupada em torno do PSDB e do DEM aposta na consolidação de baixos índices de crescimento da economia brasileira nestes últimos dois anos e com impactos na popularidade do governo; na construção de um clima de impasse político entre o Executivo e o Legislativo; e na possibilidade real de dividir a coalizão governista nas eleições presidenciais através de uma possível candidatura de Eduardo Campos do PSB ou mesmo outra alternativa.
121. No campo da luta ideológica, instituições como o Poder Judiciário e os grandes meios de comunicação ganham cada vez mais centralidade na disseminação do pensamento conservador e na legitimação jurídica e popular da ofensiva da direita brasileira.
122. Quanto à luta social, existe uma movimentação da direita no sentido de judicializar a política, construindo ordenamentos jurídicos voltados para a criminalização da luta social. Devemos ficar atentos para esta movimentação da direita, pois ela pode resultar na diminuição das margens e possibilidades da esquerda fazer a luta democrática e isso certamente terá implicações nas nossas movimentações táticas.
123. Setores da burguesia interna, embora estejam ganhando elevadas taxas de lucro, ideologicamente estão alinhados com o imperialismo, apoiam-se especialmente em espaços de poder do Estado para fazer a luta de classes: **os meios de comunicação e o poder Judiciário**. Esses dois espaços são instrumentos dominados pelos interesses da burguesia interna subalterna. Devemos fazer o bom combate a estes setores nos diversos espaços da luta política.

PERSPECTIVAS PROMISSORAS PARA O PROJETO POPULAR

- 124.** A aparente calma na luta política em nosso país está chegando ao fim. Por isso afirmamos que estamos numa conjuntura de transição para um novo ciclo de lutas sociais.
- 125.** Em resumo, essa conjuntura de transição para uma nova etapa da luta política se expressa na desmoralização internacional do projeto neoliberal, na visível retomada das lutas sindicais, nos novos desafios que se apresentam para a luta dos movimentos camponeses e na possibilidade do protagonismo político da juventude no próximo período.
- 126.** Nosso ponto de partida é que as forças sociais que podem protagonizar as mudanças na sociedade não surgem do nada, não é algo dado *a priori* ou produto da melhor teoria. As forças sociais da transformação são produto das contradições da realidade. São impulsionadas pela convergência de contradições políticas, econômicas e culturais que se encontram com a disposição da classe trabalhadora para as lutas.
- 127.** Está em formação uma nova geração de militantes que não passaram por um ascenso da luta de massas, ou seja, por um período favorável para a construção das lutas sociais. Eis um grande desafio para a nova geração de lutadores e lutadoras do povo em formação: recuperar a capacidade de fazer o debate estratégico e dar mais qualidade política e ideológica às suas formulações e ações.

“Consulta Popular só tem sentido como instrumento de luta. Ocupamos a maior parte de nosso tempo e recursos nas atividades que acumulam forças para transformações na sociedade. Uma organização que se fecha em si própria, que se volta para dentro, que não estabelece ou que perde a ligação com o povo, está condenada à morte. O que não avança, recua. Nossas energias devem voltar-se prioritariamente para fora, para organizar o povo em uma força social, moral e política que possa assumir o comando do Brasil. A estrutura interna corresponde ao necessário para a luta. “O limite de nossa organização revolucionária chega até onde alcança nossa influência e nossa capacidade revolucionária”

Cartilha 17 “Os Núcleos
Consulta Popular